

O ofício dos partidos

JOSÉ SARNEY

Todos sabemos que, com o fim das ideologias, os partidos políticos, nas democracias modernas, deixaram de ser sectários, meramente doutrinários, para ser instrumentos de programas e metas objetivas. Perderam, assim, aquele sentido romântico que tinham desde o advento da consolidação das democracias representativas para se dedicar a uma tarefa específica, visando, em primeiro lugar, a um agrupamento de cidadãos com a finalidade definida da conquista do poder para o cumprimento de seus próprios objetivos. E, no poder, eles têm a missão de continuar obrigados a manter o apoio a suas idéias, cumprindo com todas as afirmações doutrinárias e programáticas a que se ligaram pela delegação recebida em eleição.

Assim, nós identificamos nos partidos modernos três funções absolutamente distintas: uma de natureza meramente eleitoral, que é a conquista da Nação para as suas idéias. Através dessa função meramente eleitoral adquirem a condição representativa, vamos dizer, parlamentar. A essa função parlamentar segue-se uma outra, que é a necessidade de sua integração permanente com a Nação. E um círculo vicioso. Ele nasce das fontes populares e a elas têm de voltar permanentemente para existir e sobreviver.

Sabemos, hoje, que os partidos podem ter os seus programas esgotados com rapidez impressionante. A dinâmica da vida moderna pode possibilitar o envelhecimento dos Parlamentos, da ação partidária e dos programas partidários de tal modo que é necessária uma atualização permanente para que eles possam ser instrumento dinâmico do processo de desenvolvimento de cada Nação. Daí a necessidade que os partidos têm de não adotar programas eternos porque eles podem arcar com a possibilidade de uma superação imediata.

O essencial nos partidos políticos é que sejam democráticos, isto é, obriguem todas as tendências: há necessidade de que assegurem às democracias representativas do mundo contemporâneo estabilidade capaz de lhes permitir o cumprimento da sua função, não só política mas também da busca do progresso, do bem-estar social. Basta dizer que as duas mais anti-

gas experiências da democracia, tal qual a concebemos no Estado moderno, são a dos Estados Unidos e a da Inglaterra, exatamente as mais antigas experiências partidárias. Os partidos políticos nasceram, como se sabe, com a democracia representativa no mundo contemporâneo.

Os regimes que não têm partidos políticos democráticos são os regimes totalitários, do partido único ou do partido nenhum. Nestes regimes a doutrina leva ao sectarismo e eles não constituem uma sociedade aberta. O que a democracia, a filosofia democrática incorpora é a necessidade que todos nós, homens livres, temos de batalhar pela defesa dos valores individuais. Então, possuindo essa afirmação doutrinária democrática, os partidos têm, como fundamento de sua doutrina, a preservação do regime democrático, portanto da democracia representativa, no nosso caso, da forma republicana.

Mas nada disso implica admitir que a democracia se desobrigue de se defender. A democracia tem o dever de defender-se a si mesma e isso significa dizer que ela não pode admitir, em seu seio, partidos que não sejam absolutamente democráticos porque seria o próprio exercício de sua autodestruição se permitisse a existência de partidos políticos que negassem sua própria estrutura e sua própria doutrina.

* José Sarney é senador, presidente do PDS.

